

Mulheres muçulmanas, islamofobia e mídia: desconstruindo estigmas¹

Muslim women, islamophobia, and media:
deconstructing stigmas

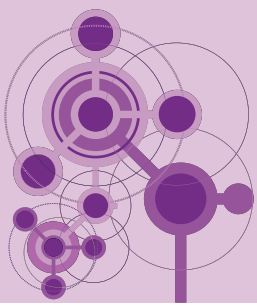
Mujeres musulmanas, islamofobia y medios:
desconstrucción de estigmas



Francirosy Campos Barbosa

- Pós-doutorado em Teologia Islâmica pela Universidade de Oxford.
- Livre Docente do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP).
- Coordenadora do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (GRACIAS).
- E-mail: franci@ffclrp.usp.br

¹ Agradeço a Maria Aparecida Ferrari pelo estímulo para escrita deste artigo. Espero que contribua para a formação de outras pesquisadoras interessadas na temática.



Resumo

Este artigo discute dados do primeiro relatório a tratar da islamofobia no Brasil a respeito do preconceito em relação às mulheres revertidas ao Islam. Além disso, traz reflexões sobre a retomada e permanência do Talibã no governo do Afeganistão. Desta forma, busca contribuir para a desconstrução do olhar de jornalistas e pessoas de Comunicação, visando o fim da fala sobre muçulmanas atrelada à perspectiva de “salvá-las”, e a compreensão das diferentes percepções de feminino que nos atravessam e, portanto, que se escrevem e se reproduzem visualmente.

PALAVRAS-CHAVE: MULHERES MUÇULMANAS • ISLAMOFOBIA • MÍDIA • TALIBÃ • REVERSÃO.

Abstract

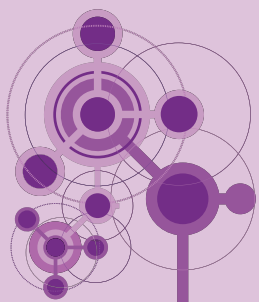
This article discusses the data from the first report to focus on islamophobia in Brazil regarding women reverted to Islam. In addition, it brings reflections about the resumption and permanence of the Taliban in the government of Afghanistan. Thus, it seeks to contribute to the deconstruction of the perception of journalists and Communication professionals, seeking to end the talk about Muslim women tied to the perspective of “saving them”, and to understand the different perceptions of the feminine that crosses us and, therefore, that are written and reproduced visually.

KEYWORDS: MUSLIM WOMEN • ISLAMOPHOBIA • MEDIA • TALIBAN • REVERSAL.

Resumen

Este artículo discute los datos del primer informe sobre islamofobia en Brasil acerca del prejuicio con relación a las mujeres que se convirtieron al Islam. Además, plantea reflexiones sobre la reanudación y permanencia de los talibanes en el gobierno de Afganistán. De esta manera, se espera que la discusión pueda contribuir con la deconstrucción de la mirada de periodistas y personas de la comunicación, relacionada con el tratamiento de las mujeres musulmanas en la perspectiva de “salvarlas”, y que se pueda entender las distintas percepciones de lo femenino que nos toca y que se escriben y se reproducen visualmente.

PALABRAS CLAVE: MUJERES MUSULMANAS • ISLAMOFOBIA • MEDIOS DE COMUNICACIÓN • TALIBANES • REVERSIÓN.



INTRODUÇÃO

Em 2023 completo 25anos de pesquisa em chão de mesquita e dez anos como revertida ao Islam. Há quatro faço uso do *hijab* (véu islâmico). Começo este artigo expressando meu pertencimento ao Islam, pois quando são discutidos temas ligados às mulheres muçulmanas muitos não lhes creditam suas falas e questionamentos, tampouco têm a percepção de que elas podem ser brasileiras e bem resolvidas com sua escolha religiosa, conforme Barbosa e Lima (2020) descreveram o que significa ser mulher muçulmana e acadêmica. Nos últimos anos, venho abordando questões que envolvem o feminino/feminismo islâmico (Barbosa, 2022), os significados do uso do véu (Barbosa, 2013) e os movimentos de mulheres na França e no Brasil (Barbosa; Lima, 2020), bem como estimulando pesquisas sobre recortes variados sobre mulheres muçulmanas, sexualidade, saúde mental, casamento (Barbosa; Paiva, 2017; Paiva; Barbosa, 2021; Pasqualin; Barbosa, 2016) e influenciadoras muçulmanas (Batista *et al.*, 2022).

As questões etnográficas trabalhadas em todos esses artigos levaram-me a refletir com maior cuidado sobre islamofobia de gênero, pois estão para além das questões sobre feminismo islâmico, casamento, sexualidade ou, até mesmo, empoderamento de mulheres nas redes sociais. A islamofobia, a *hijabfobia* (Barbosa *et al.*, 2022), é real no Brasil, e isso merece um olhar mais dedicado ao problema, principalmente por envolver a saúde mental de mulheres muçulmanas (Macedo; Barbosa, 2021). O que a pesquisa sobre islamofobia coordenada por mim entre 2021 e 2022 deixou entrever, entre outras coisas, é que a mídia, de um modo geral, contribui para o *estigma* que existe sobre a mulher muçulmana, e isso coopera sistematicamente para ataques islamofóbicos, do mesmo modo que vimos à difusão errônea, em 2021, de que mulheres muçulmanas afegãs precisavam "ser salvas" do Talibã (Abu-Lughod, 2002), não havendo, como em 2001, questionamento sobre o colonialismo americano e suas violências durante os 20anos de intervenção em território afegão.

Frente a isso é que proponho trazer alguns dados do *Primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil* (Barbosa *et al.*, 2022), que contou com a participação de pesquisadores do GRACIAS¹, assim como de partes dos textos que escrevi em 2021 e 2022 sobre a retomada e permanência do Talibã no governo do Afeganistão. O que dizer sobre mulheres muçulmanas? Falar sobre mulheres perpassa por uma desconstrução profunda sobre um feminismo branco ocidental. Para isso, é preciso compreender aspectos da religiosidade e da cultura em que estão inseridas essas mulheres.

Pensar o Islam é pensar na diversidade cultural, social e econômica que essa comunidade representa nos dias de hoje. Sendo a segunda maior religião do planeta em número de seguidores, é de se esperar a sua multiplicidade, que gera, sobretudo, um pluralismo em entendimentos, leituras e práticas religiosas. O Islam é monoteísta, cujo advento ocorreu no séculoVII, e constitui-se como uma religião pautada pelo equilíbrio nos papéis sociais masculinos e femininos. O que é o Islam desdobra o sentido de religião, civilização e modo de vida, pois todos esses fatores podem, de alguma maneira, "explicar" a religião e orientar os modos como as pessoas praticam a fé islâmica. Talvez devêssemos urgentemente permitir outras leituras que não sejam as colonialistas, orientalistas e arabistas, que são reducionistas quando se trata de compreender esse universo religioso. Não basta também observar as suas tradições sunita e xiita – e, por conseguinte, a experiência mística com o sufismo. A chave de leitura sempre deve ser ampliada, como costume dizer aos/meus/as alunos/as: é necessário descrever o *contexto, as pessoas e as ações*. Essa é a chave metodológica da produção etnográfica e deve ser também para qualquer um que pretenda escrever sobre os muçulmanos e muçulmanas. A experiência impregnada de quem escolheu o Islam como

¹ Felipe Freitas de Souza, Isabella Macedo, Gabriela Correia Rocha, Igor Henrique Bonfim Carlos e Camila Paiva.



religião é diferente de quem nasceu muçulmano (Barbosa; Paiva, 2017), e isso precisa ser esmiuçado, entendido como uma categoria “boa para pensar”.

Neste sentido, destaco ser fundamental olhar para os dados da pesquisa sobre islamofobia no Brasil para que a mídia e a sociedade possam compreender o que passam as mulheres muçulmanas e o estigma que muitas vezes elas carregam, sem que isso seja devidamente questionado. Quando me refiro ao estigma, estou lembrando o que Goffman (2017) bem classificou como algo ou alguém *desacreditado*, como se todos já conhecessem sua real identidade. Para o autor, são três os pontos que delimitam o estigma: o primeiro dele é relacionado ao *corpo* – corpo este depreciado. Aqui insiro o destaque de opressão dado ao *véu islâmico* pelos não muçulmanos, tornando essas mulheres *abjetas* (Butler, 1990). O segundo ponto refere-se ao *caráter individual*: os homens muçulmanos são considerados *terroristas* e mulheres muçulmanas são *oprimidas*. Já como terceiro revela-se o estigma quando há um pertencimento religioso: aqui, o Islam, por muitos, é conhecido como uma religião que “retira” direitos sociais femininos e aplica penas severas atribuídas à *sharia*. Esta, por sua vez, representa todos os tipos de perversidade, tratando-os como valores islâmicos intrínsecos.

Sobre a *sharia* não vou me estender, pois tratei dessa temática em outros textos (Barbosa, 2021; Paiva; Pasqualin, 2022); no entanto, vale dizer que esta corresponde ao livro sagrado dos muçulmanos, Alcorão, palavra de Deus revelada ao Profeta Muhammad, e liga-se aos seus ensinamentos (*sunnah/hadices*). A partir dela muitas leituras são realizadas, às vezes tendendo ao literal, às vezes abrindo oportunidades para um diálogo para além do que é ensinado como eixo estruturante da religião, mas isso a depender do país e da jurisprudência empregada.

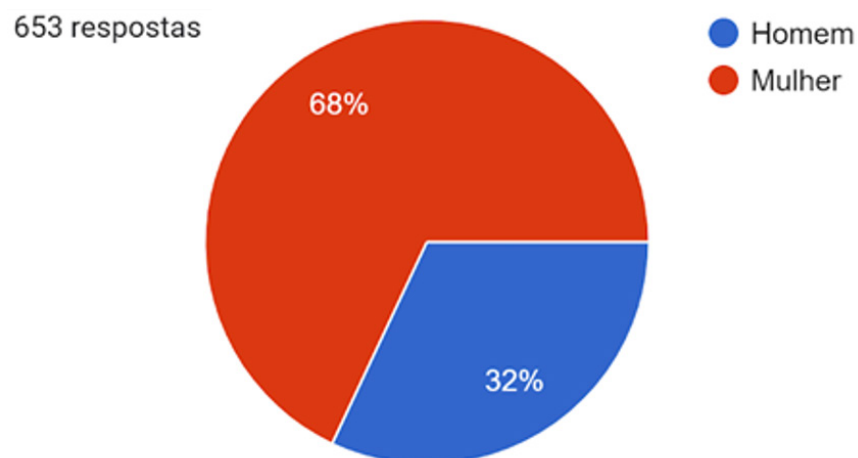
À primeira vista, parece fácil compreender o Islam; no entanto, advirto que os caminhos são longos e não tão fáceis para um leitor de primeira viagem. Penso que posso contribuir para que ocorra a desconstrução do olhar de jornalistas e pessoas de comunicação para que a tendência de falar sobre muçulmanas de forma atrelada à perspectiva de “salvá-las” cesse e seja possível compreender as diferentes percepções de feminino que nos atravessam e, portanto, que se escrevem e se reproduzem visualmente. Aqui destaco dois universos distintos: mulheres brasileiras revertidas ao Islam e mulheres muçulmanas afegãs. As primeiras têm sido cada vez mais presentes na comunidade muçulmana brasileira, principalmente após o 11 de Setembro de 2001, e as últimas são sempre vistas como mulheres sem agência e autonomia, totalmente presas às regras dos seus algozes.

ISLAMOFOBIA NO BRASIL: DADOS DE 2021/2022

Utilizou-se um questionário na plataforma Googleforms, produzido pelos pesquisadores do GRACIAS (Barbosa *et al.*, 2022), com perguntas que visavam a captar as apreensões da comunidade muçulmana brasileira a respeito da islamofobia no Brasil. Para isso, divulgamos o questionário nas redes sociais e em grupos diversos da comunidade islâmica. Ao todo, 653 pessoas responderam ao questionário entre fevereiro de 2021 e o término do Ramadan do mesmo ano, já em maio.



Figura 1: Participantes da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

Em linhas gerais, a pesquisa evidencia que são as mulheres revertidas² as que mais sofrem violência e também as que mais responderam ao questionário. As violências são sofridas em espaço público, na maioria das vezes, e com forte incidência em seus núcleos familiares. Dessas mulheres, 71% usam o *hijab*, em comparação com as nascidas muçulmanas (59%) e relatam sofrer mais preconceito contra a religião do que muçulmanas nascidas. As mulheres narram agressões físicas, sexualização, perda de oportunidades de trabalho e até mesmo a recusa em utilizar o *hijab* por desenvolvimento de transtornos psicológicos, devido aos constrangimentos causados pelo preconceito religioso. No caso de muçulmanas revertidas, é apresentado até mesmo assédio, discriminação, hostilidades etc. por homens com os quais já tiveram contato íntimo e que as constrangem após sua opção pelo Islam.

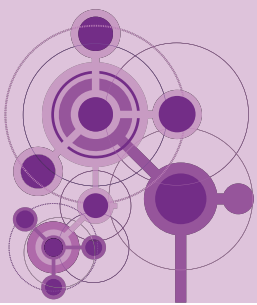
Em relação aos sentimentos mencionados, tanto homens como mulheres que apresentam ter sofrido a islamofobia relatam que os maiores sentimentos são de raiva, desânimo, inferioridade e tristeza. Entretanto, a maioria não procura serviços de saúde mental para lidar com tais demandas. Em termos de falas a respeito de sofrimento psíquico, tanto de homens quanto mulheres, é perceptível, pelas respostas, essa tendência que Awan e Zempi (2015) já identificaram no Reino Unido. Assim, pode haver o questionamento do porquê não há uma procura extensiva desses serviços nem de procedimentos legais contra os opressores. Será que no Brasil as queixas das pessoas muçulmanas seriam legitimadas por nossas instituições de saúde e de justiça? A maioria não faz Boletim de Ocorrência (B.O.), tampouco procura meios legais para se defender da violência sofrida. Neste sentido, a violência contra essa minoria não aparece institucionalmente, mas toma corpo nos relatos que ineditamente recolhemos.

Destaco algumas falas de mulheres revertidas, presentes no relatório, sobre as dificuldades no início da reversão ao Islam:

Vergonha da família mediante reversão

Situação 1: "*Permaneci a mesma em quase tudo, mas notei que minha mãe fica com vergonha de sair comigo na rua*".

² Não vou tratar aqui sobre o que mobiliza a reversão ao Islam, para isso, sugiro leituras de Marques (2009), Dumovich (2016) e Barbosa e Paiva (2017).



Islamofobia na relação com os seus familiares próximos

O dado que mais chama atenção diz respeito à relação com a família: *41,9% apontaram a dificuldade na relação com a família, sinalizando que mais de 50% dos parentes veem de forma negativa a reversão, bem como 38% dos amigos.* O constrangimento religioso é apontado por 83,2% das participantes.

Situação 1: *"Minha mãe [já falecida] não aceitou muito bem minha reversão".*

Situação 2: *"Minha família, apesar de aceitar, ainda tem um preconceito enorme com isso".*

Situação 3: *"O meu marido também agora também é muçumano! A família dele é descendente de italiano e não aceitou e nunca gostaram de mim. Acredito que por ser descendente de árabe".*

Essas falas destacam a dificuldade que a família tem para aceitar a reversão de uma mulher. Uma delas relatou, em outra pesquisa³, que toda vez que algum programa de telejornal falava sobre o Islam, seja sobre os atentados no 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (EUA), seja sobre o Afeganistão/Talibã ou a Al Qaeda, sua família acaba por hostilizá-la e dizer que ela deveria abandonar a religião dos fanáticos e assassinos muçulmanos. Há relatos de jovens que foram colocadas para fora de casa e que retiraram o lenço todas as vezes que foram visitar a família, pois eram constantemente agredidas verbalmente. Uma delas conta que a mãe disse inúmeras vezes que prefere uma filha drogada a uma filha muçulmana. Quando perguntadas se a imprensa tem alguma responsabilidade sobre a imagem construída sobre os muçulmanos, elas acenam que sim.

Medo de falar sobre a reversão

Situação 1: *"Ainda não tive coragem de falar a respeito, por medo do preconceito e da rejeição".*

Situação 2: *"Não mudou, pois de uma certa forma eles não levam a minha reversão a sério e eu me sinto mais confortável assim, pra não ter que enfrentar a rejeição, e de uma certa forma acabo praticando minha religião meio que 'às escondidas".*

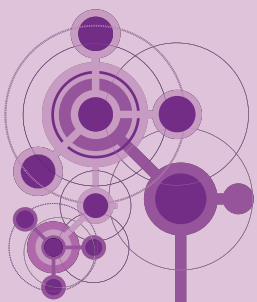
O medo de contar sobre a reversão é muito comum entre a maioria das mulheres revertidas. Muitas escolhem fazer aos poucos essa revelação por considerarem que a rejeição é um fator que pode trazer problemas no dia a dia.

No que diz respeito ao uso das vestimentas islâmicas, as mulheres revertidas restringem o seu uso a rituais religiosos, como ir à mesquita, ou durante as orações. Algumas também explicam que pararam de utilizar as vestes após algum tempo. Nesse sentido, também foi relatado o medo de adotar as vestimentas islâmicas no Brasil, principalmente pelo temor em sofrer discriminações e/ou ataques preconceituosos.

Medo de usar vestimenta islâmica no Brasil

Situação 1: *"Shayla apenas para as orações, entrar na Mesquita e em estabelecimentos islâmicos por respeito. Moro na Inglaterra, retorno ao Brasil em poucas semanas, preocupada em usar a Shayla sempre".*

³ *Narrativas Islamofóbicas no Brasil*, uma pesquisa realizada com Bolsa Produtividade CNPq entre 2000 e 2003.



Situação 2: "*Ainda não. Acredito que sou a única muçulmana da minha cidade e meu receio é começar a chamar atenção e sofrer ataques*".

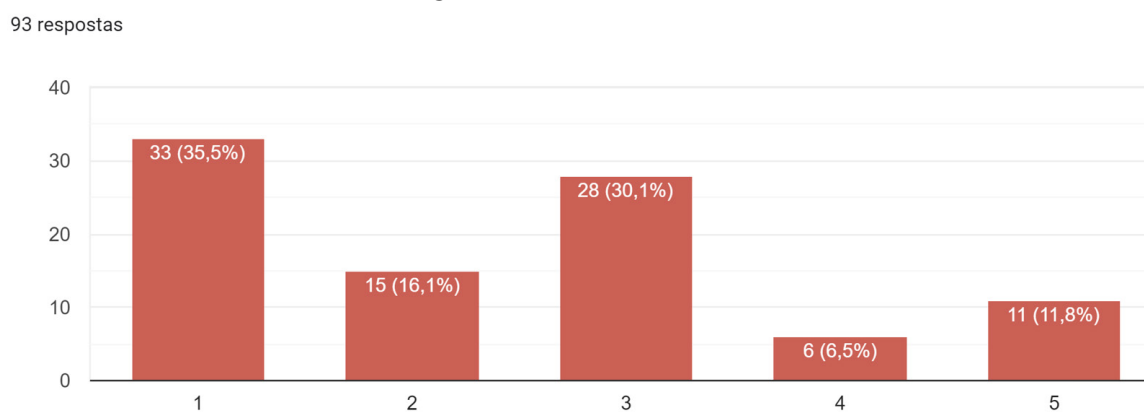
Situação 3: "*Mas quando estou no Brasil, por segurança, não uso*".

Saliento que 65,5% das mulheres que responderam ao questionário são revertidas, e isso demonstra que o grupo mais atingido é também o grupo que mais se expressa e se preocupa com a realidade vivida, tendo-se em vista que a pesquisa abarcou homens e mulheres – nascidos e revertidos ao Islam. No entanto, chama atenção que a maioria participante é recém-revertida, sendo 38,2% revertida entre 1 e 5 anos. Já 22,2% estão no Islam entre 5 e 10 anos. Logo, isto significa que não é por não possuírem o conhecimento necessário que não podem se defender de determinadas acusações. As idades encontradas variam entre 18 e 60 anos, mas constatamos que foram sobretudo mulheres de 36 a 40 anos (19,7%) e 18 a 25 anos (18,6%) que responderam à pesquisa. Por se tratar de mulheres recém-revertidas, cabe refletir sobre os mecanismos de defesa e acolhimento que elas recebem durante esse período, a partir de sua própria comunidade, e se elas dispõem de formas de preparo no enfrentamento à rejeição da sua escolha religiosa. Outros dados importantes são: 63,6% são de origem europeia – se identificam como brancas –, seguidas por africana e árabe; a maioria reside na região Sudeste, sendo que 24% têm Ensino Médio completo, 25,9% Ensino Superior completo e 19,7% Pós-Graduação; a faixa salarial de 1 a 3 salários-mínimos corresponde a 33,7% do total, sendo que 26,4% apontam estarem desempregadas.

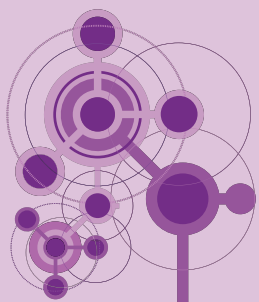
Entre aquelas que sofreram episódios de islamofobia, temos que a maioria os viveu na rua (72,8%) e/ou no ambiente de trabalho (40,1%). Se a resposta jurídica ao primeiro caso seria gerar B.O. e a condução de processo contra pessoa desconhecida, o que dificulta o acesso à Justiça, o segundo é bem mais acessível, considerando-se a natureza de violação trabalhista das obrigações contratadas e existência de judiciário especializado próprio – a Justiça do Trabalho – para tanto. Já os relatos de islamofobia na rua demonstram o quanto a intolerância contra muçulmanos, somada à misoginia e ao machismo, estão normalizadas. As mesmas indicações sobre B.O. e acesso à justiça cabe para mulheres, em referência ao parágrafo específico supracitado. Em comparação aos homens, dados se repetem em relação à religião considerada mais discriminadora: evangélicos (73%).

Foi solicitado às mulheres que utilizassem uma numeração de 1 a 5 para responder se consideram que os brasileiros têm medo dos muçulmanos. Para elas, a questão fica entre 1 e 3 (31,5% e 30%): *A mídia sendo o espaço no qual os muçulmanos e o Islam são mal retratados é apontado por mais de 64%, significando 1*. Sobre se poucos brasileiros têm receio dos muçulmanos e do Islam, as mulheres escolheram o número 5, atribuindo um valor muito pequeno a esse item. Por fim, apontaram 1 quando indagadas sobre uma possível ameaça à cultura pelo Islam. Vale explicar que "1" era o maior valor e "5" o menor.

Figura2: A mídia e o Islam



Fonte: Elaborada pela autora com base em Barbosa *et al.* (2022).



Podemos destacar uma das citações:

Situação 1: “*Eu acho que a mídia incentiva este preconceito (passa a notícia de terrorismo, mas não fala que a religião é contra isto e que os culpados foram presos etc.). Minha tia comentou um dia, assistindo à TV: ‘Ainda matam em nome desse Allah! Não pode falar nada deste Mohamad que já matam! Estes loucos que ficam orando de poupança para cima não valem nada, deviam ser expulsos!’*”.

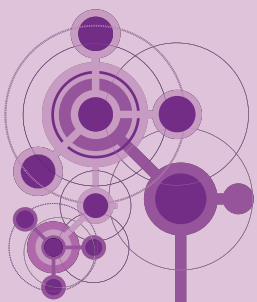
Importante dizer, como deixei entrever no início do artigo, que o papel da imprensa na divulgação sobre o Islam deve ser revisto, no sentido de ultrapassar as fronteiras de um olhar sempre colonizador, que enxerga as comunidades muçulmanas como se não tivessem suas agendas próprias e as mulheres apenas pudessem ter seus movimentos reivindicatórios atrelados ao interesse ocidental de pessoas brancas. Ainda causa espanto a muitos a ideia de movimentos de revivalistas islâmicos, como acontece no Egito (Mahmood, 2019), ou movimentos pelo uso do véu (Barbosa, 2013). O movimento feminista que é acessado pela imprensa, comunicadoras e militantes é atrelado à luta da mulher branca e suas demandas, e não acessam as questões de mulheres marrons, negras e, dentre essas, as mulheres muçulmanas, que seguem sendo estigmatizadas por outro fator: o religioso. A imprensa brasileira constrói pautas sobre Islam e os muçulmanos apenas em períodos de tensão, mas desconhecem suas práticas e valores cotidianos.

O debate Islam e mídia não é recente. Montenegro (2002), em artigo, já havia mostrado os pressupostos ligados às representações jornalísticas e nativas (islâmicas) no que se refere ao Islam no Brasil, mas também globalmente. Aqui, tal religião é sempre algo fora da cultura nacional, uma fé difícil de ser seguida. Muitas vezes leu-se na imprensa, na época do artigo, sobre um Islam “tropical”, que seria um Islam abasileirado, na concepção dos jornalistas, mas visto pelos muçulmanos como algo a dividi-los como *Ummah* (nação islâmica) e, portanto, pejorativo. A falta de familiaridade da imprensa muitas vezes está relacionada à suposta rigidez da religião e, por conseguinte, isso torna-se estigma.

Não é de se estranhar que, passados 20 anos desde a publicação do artigo de Montenegro (2002), tenhamos ainda que ler a respeito da suposta incompreensão sobre o Islam e os/as muçulmanos/as por parte da mídia. Neste período, a comunidade de brasileiros/as que se reverteram ao Islam é pelo menos três vezes maior que no período, do mesmo modo que a própria comunidade está melhor aparelhada para se comunicar com grupos externos e há muito mais pesquisadores de Islam com expertise para esse diálogo.

MULHERES AFEGÃS ENTRE COLONIALISMO E TALIBÃS

Ainda falando de visões distorcidas que acabam por fazer parte do universo das pessoas como realidade apreendida, retomei recentemente para o *Jornal da USP* (Marchiore; Silva, 2022) que a saída dos EUA do Afeganistão foi um avanço do ponto de vista da autonomia governamental do país, mesmo porque não há dúvidas quanto às verdadeiras intenções norte-americanas, que nunca foram de proteger ou contribuir com o desenvolvimento econômico, social e político dos afegãos. O interesse sempre foi colonialista na busca de supostos “terroristas islâmicos”, a fim de impedir que o Afeganistão concedesse proteção para a organização fundamentalista Al Qaeda e inviabilizasse a captura de Osama Bin Laden. No entanto, após 20 anos de intervenção estadunidense em território afegão, constata-se que não houve benfeitoria alguma para o país. O Afeganistão continua subdesenvolvido, com pouca escolaridade e um sistema de saúde precário, e com a retirada dos recursos dos EUA a pobreza se ampliou. É preciso discutir com seriedade o colonialismo que impede qualquer frente de diálogo com sociedades não ocidentais. Se os dados da Anistia Internacional (2022) são alarmantes, isso não significa que esses problemas surgiram agora, mas sim que apenas se intensificaram. Então, em pouco tempo, um país não viria a demonstrar tanta miséria e violência se estas já não estivessem presentes em seu cotidiano.



Consideramos uma das imagens mais vinculadas em 2021, quando o Talibã assumiu o poder: mulheres vestidas de minissaia em contraste com outras de burca:

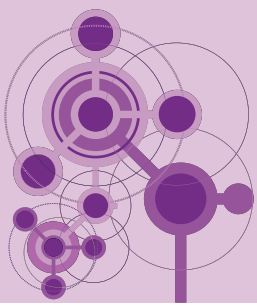
A suposição feita por trás de tal justaposição de imagens é a de que, na primeira foto, vestidas em suas minissaias, as mulheres teriam uma liberdade que, quando vestidas com suas burcas, lhes seria suprimida. Como é costumeiro quando se fala em muçulmanas, há um discurso que usualmente forja uma interconexão entre a forma de se vestir dessas mulheres e uma suposta opressão e repressão. (Barbosa; Paiva; Pasqualin, 2022, p.401)

Há um ano eu escrevia para os *Jornalistas Livres* (2021) o texto “Feminismo ocidental não pode ditar regras para mulheres muçulmanas”. Aquela período era recente para dizer algo sobre essa tal “anistia” dos talibãs em relação às mulheres, mas era possível considerar essa proposição, dar escuta. No entanto, após esse tempo, podemos dizer que são, sim, as mulheres que mais têm sofrido e que é preciso compreender não só a sede de notícia da imprensa, mas também considerar que estamos retomando sempre uma perspectiva mais aprofundada do tema, e não imediatista. Dizer o que seria um governo Talibã era muito incipiente, levando-se em consideração o que conhecemos há 20 anos: era preciso dar tempo e perceber, inclusive, como os segmentos internacionais participariam ou não dessa nova empreitada.

A ideia não pode ser nunca salvacionista ou que promova islamofobia, como é hábito de muitos, mas sim não deixar que o debate adormeça e só reapareça em datas que relembrem os episódios que marcam a história do Afeganistão. As mulheres afegãs merecem respeito pela religião que professam, pelos valores sociais que defendem e, sobretudo, por sua vontade de estudar e trabalhar, contribuindo para uma sociedade mais justa. Não lutamos por elas, lutamos *com* elas, a partir daquilo que elas nos dizem o que são suas lutas, seus desejos e seus sonhos.

A nossa forma de pensamento hegemônico branco e colonialista acaba sempre por promover o epistemicídio dos saberes locais, como diria Boaventura de Sousa Santos (2010), pois este provoca sempre a inferiorização de outras culturas, pessoas e formas de pensamento. Atréadas ao epistemicídio temos a subalternização e a subordinação, por exemplo, de grupos sociais que podem “ameaçar” a ordem e expansão capitalista (Santos, 2010). Mais recentemente, há o entendimento do uso do véu como uma forma de racializar mulheres muçulmanas e o quanto esse uso transforma mulheres em pessoas inferiores, sem autonomia. Na França, a criminalização de mulheres por uso de *niqab* e da burca restringe formas de atuação, isto é, lhes são renegados modos de ser.

Não se trata de dizer que todas as mulheres desejam usar uma cobertura em seus cabelos e corpos, porque isso não seria verdade, mas também não se trata de olhar para todas elas como se fosse. Vale o exercício de alteridade de podermos reconhecer no outro a diferença e as formas de pensamento que são diferentes de nós, mas que podem ser formas de exercícios atréadas ao poder e à dominação cultural. Isso se dá quando essa alteridade não permeia o diálogo com os outros sujeitos envolvidos e a nossa perspectiva sempre parece mais lúcida. No entanto, nem sempre temos em mãos todos os elementos capazes de narrar determinadas histórias, muitas vezes contaminadas pelo nosso conhecimento sobre as coisas, quase sempre, limitado, colonialista e branco. Cabe uma importante reflexão feminista de pensarmos “empoderamento” nos termos da consciência e construção política do que querem as mulheres e não meramente na construção econômica que esse empoderamento pode gerar. O que desejam as mulheres marrons, negras e muçulmanas está para além do fator econômico da sobrevivência: trata-se do conhecimento que irá permitir que lutem e sejam reconhecidas por suas agências, inclusive a religiosa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos são importantes para ampliar nossa compreensão sobre mulheres muçulmanas, islamofobia e mídia. Em primeiro lugar, destaco o modo de comunicação da comunidade islâmica como um eixo sensível. Após o 11 de Setembro de 2001, houve uma abertura significativa ao público externo. Na atualidade, temos muitos/as influenciadores/as (Barbosa *et al.*, 2022) que tomaram conta da “comunicação” do que é ser muçulmano/a, mas sabemos que estar na mídia requer muito mais que ter “engajamento” e seguidores, pois entre estes nem sempre existe a compreensão dos diversos fenômenos que envolvem os/as muçulmanos/as pelo mundo. Constata-se que compreender as múltiplas intersecções entre islamofobia e viver no Brasil demanda mais do que a habilidade de realizar publicações em redes sociais.

Em segundo lugar, a presença da academia, cada vez mais consolidada nos estudos islâmicos e geopolíticos, pode trazer conteúdos geradores de debates e reflexões, como o *Primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil*, e seria importante que famílias de pessoas revertidas compreendessem a dimensão da violência que essas mulheres sofrem dentro de casa. Cabe à academia “traduzir” a um público mais amplo aquilo que investigamos e, neste ponto, a parceria entre profissionais de mídia e pesquisadores é fundamental.

Nunca devemos nos esquecer de ouvir a própria comunidade. As mulheres, sobretudo, precisam se tornar pautas corriqueiras, para que possam ser reconhecidas, admiradas e valorizadas, independente das vestimentas religiosas.

Por fim, este artigo tentou balizar alguns pontos ainda desconhecidos, como o que a pesquisa, parcialmente apresentada, aqui revela: a intolerância intrafamiliar gera islamofobia e a relação da opressão direta de grupos islâmicos e mulheres pode ser uma versão parcial da realidade se não for considerado o contexto construído também por outros grupos não islâmicos. Do mesmo modo que podemos aferir a pluralidade que se apresenta quando se trata de Islam, podemos dizer que essas questões revelam também uma pluralidade de fatores e agentes que precisam ser delineados se quisermos fazer uma comunicação sobre mulheres que não seja a de “coitadinhas”, oprimidas e sem autonomia.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist*, [s.l.], v.104, n.3, p.783-790, 2002. doi: <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.3.783>.

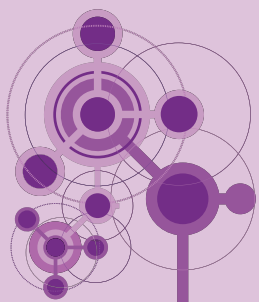
AMNESTY INTERNATIONAL. *Death in slow motion: women and girls under taliban rule*. London: Amnesty International, 2022.

AWAN, Iwan; ZEMPI, Irene. *We fear for our lives: offline and online experiences of antimuslim hostility*. Birmingham: Birmingham City University, 2015.

BARBOSA, Francirosy Campos. Diálogos sobre o uso do véu (hijab): empoderamento, identidade e religiosidade. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.183-198, 2013.

BARBOSA, Francirosy Campos. Notas sobre Islam e Islam(fobia). In: CHEAITO, Karime Ahmad (org.). *Ahlam wa Sahlan: uma introdução aos mundos árabes*. Marília: Lutas Anticapital, 2021. p.91-111.

BARBOSA, Francirosy Campos; LIMA, Luana Baumann. Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.63, n.1, p.59-82, 2020.



BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v.37, n.3, p.198-223, 2017.

BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta; PASQUALIN, Flávia Andrea. A caminho de Kandahar: Talibã, Sharia e a falácia da salvação de mulheres muçulmanas. *In: CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça et al. (org.). Comportamento humano em diferentes vertentes: estudos contemporâneos*. São Paulo: Pedro&João, 2022. p.387-414.

BARBOSA, Francirosy Campos *et al.* *Primeiro relatório sobre Islamofobia no Brasil*. São Bernardo do Campo: Ambigrama, 2022.

BATISTA, Maria Rita Galhardo *et al.* Influenciadoras muçulmanas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.31. n.1, p.1-24, 2022.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, 1990.

DUMOVICH, Liza. *Ya habibi: conversão feminina ao Islã no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio: Educam, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

MACEDO, Isabella; BARBOSA, Francirosy Campos. Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas. *Revista USP*, São Paulo, v.1, n.131, p.153-161, 2021. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i131p153-161>.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, [s.l.], v.23, n.1, p.135-175, 2019. doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6431>.

MARCHIORE, Brenda; SILVA, Gustavo Roberto da. Pesquisadores da USP lançam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadores-da-usp-lancam-o-primeiro-relatorio-sobre-islamofobia-no-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. *Sobre práticas religiosas e culturais islâmicas no Brasil e em Portugal: notas e observações de viagem*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MONTENEGRO, Silvia M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.63-91, 2002. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100003>.

PAIVA, Camila Motta; BARBOSA, Francirosy Campos. Decolonizando a sexualidade no Islã: um diálogo com mulheres muçulmanas brasileiras. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v.33, p.1-17, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240224>.

PASQUALIN, Flávia Andrea; BARBOSA, Francirosy Campos. Casamento intercultural islâmico: quando a internet faz parte da relação. *Revista Último Andar*, São Paulo, n.29, p.64-79, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.31-83.